

# (Provisório)

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1

<b>EVOLUÇÃO HISTÓRICA, AUTONOMIA, FONTES, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA .....</b>	<b>45</b>
1. Evolução Histórica .....	45
2. Autonomia do Direito Processual do Trabalho .....	47
3. Fontes .....	47
3.1. Constituição Federal .....	48
3.1.1. Direito Processual Constitucional e Direito Constitucional Processual .....	48
3.2. Tratados internacionais .....	49
3.3. Lei Complementar e a lei ordinária .....	50
3.4. Princípios .....	50
3.5. Regimentos Internos dos Tribunais .....	50
3.6. Usos e Costumes .....	51
3.7. Precedentes judiciais e súmulas dos tribunais .....	51
4. Integração .....	52
4.1. Aplicação do Código de Processo Civil .....	54
4.2. Espécies de lacunas .....	55
5. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço .....	56
5.1. Eficácia no tempo .....	56
5.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista) .....	59
5.1.1.1. Honorários Periciais .....	61
5.1.1.2. Honorários Advocatícios .....	62
5.1.1.2.1. Honorários advocatícios na substituição processual ....	66
5.1.1.3. Recursos .....	69
5.2. Eficácia no espaço .....	70
6. Interpretação .....	70

### CAPÍTULO 2

<b>PRINCÍPIOS .....</b>	<b>73</b>
1. Introdução .....	73
2. Princípios Constitucionais do Processo .....	73
2.1. Devido processo legal .....	73
2.2. Princípio do juiz natural .....	75
2.3. Princípio da igualdade processual .....	75
2.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição .....	76
2.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa .....	77
2.6. Princípio da motivação das decisões judiciais .....	79
2.7. Princípio da publicidade .....	80

2.7.1.	Lei Geral de Proteção de Dados .....	81
2.8.	Princípio da duração razoável do processo .....	82
3.	Princípios do Código de Processo Civil .....	83
3.1.	Princípio da primazia da decisão de mérito .....	84
3.2.	Princípio da cooperação .....	85
3.3.	Princípio da boa-fé .....	87
4.	Outros Princípios Processuais .....	88
4.1.	Princípio dispositivo .....	88
4.2.	Princípio inquisitivo .....	88
4.3.	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	89
4.4.	Princípio da instrumentalidade das formas .....	90
4.5.	Princípio da preclusão .....	90
5.	Princípios do Processo do Trabalho .....	91
5.1.	Princípio da proteção .....	91
5.2.	Princípio da conciliação .....	92
5.3.	Princípio do <i>jus postulandi</i> .....	93
5.4.	Princípio da oralidade .....	95
5.5.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias .....	97
5.6.	Princípio da extrapetição .....	98
5.7.	Princípio da simplicidade .....	98

### CAPÍTULO 3

<b>ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....</b>	<b>101</b>	
1.	Introdução .....	101
2.	Tribunal Superior do Trabalho .....	102
2.1.	Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho .....	104
3.	Tribunais Regionais do Trabalho .....	105
4.	Juízes do Trabalho .....	108
5.	Ingresso na Carreira .....	109
6.	Garantias dos Juízes .....	109
7.	Vedações dos Juízes .....	110
8.	Deveres e Poderes do Juiz .....	110
9.	Juízo 100% Digital .....	111
10.	Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho .....	113
10.1.	Secretarias das Varas do Trabalho .....	113
10.2.	Secretarias dos Tribunais .....	114
10.3.	Serviços de Distribuição de Feitos .....	115
10.4.	Oficiais de Justiça Avaliadores .....	116
11.	Conselho Nacional de Justiça .....	117
11.1.	Composição .....	117
11.2.	Mandato .....	118
11.3.	Presidência do Conselho .....	118
11.4.	Nomeação .....	118
11.5.	Competência do Conselho .....	118
11.6.	Ministro-Corregedor .....	119
11.7.	Ouvidorias .....	119

**CAPÍTULO 4**

<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO .....</b>	<b>121</b>
1. Ministério Público: Conceito .....	121
2. Princípios Institucionais .....	121
2.1. Unidade .....	121
2.2. Indivisibilidade .....	122
2.3. Independência Funcional .....	122
2.4. Promotor Natural .....	122
3. Garantias .....	123
4. Prerrogativas .....	123
5. Vedações .....	125
6. Organização .....	126
7. Ministério Público do Trabalho .....	127
7.1. Carreira do Ministério Público do Trabalho .....	129
8. Inquérito Civil .....	130
8.1. Objeto .....	131
8.2. Instauração .....	132
8.3. Indeferimento liminar .....	133
8.4. Legitimidade .....	133
8.4.1. Conflito de atribuição .....	134
8.5. Instrução .....	135
8.5.1. Prova colhida no Inquérito Civil .....	136
8.6. Conclusão .....	137
8.6.1. Arquivamento .....	137
9. Termo de ajustamento de conduta .....	138
10. Atribuições do Ministério Público do Trabalho .....	139
11. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho .....	140
11.1. Legitimidade para arguir prescrição em favor de entidade de direito público .....	140
11.2. Legitimidade recursal .....	141
11.2.1. Ilegitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado .....	141
11.2.2. Legitimidade para recorrer de decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista ou empresa pública sem a prévia aprovação em concurso público .....	143
11.3. Legitimidade para arguir em parecer nulidade da contratação não suscitada na defesa .....	144
11.4. Legitimidade para atuar no STF e no STJ .....	145
12. Interesses e Direitos Metaindividuais Tutelados pelo Ministério Público .....	146
13. Conselho Nacional do Ministério Público .....	147
14. Súmulas do TST .....	149
15. Informativo do TST relacionado ao tema .....	150

**CAPÍTULO 5**

<b>FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO .....</b>	<b>153</b>
1. Formas de solução de conflitos .....	153
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição) .....	154
2.1. Mediação e Conciliação .....	154
2.2. Comissão de Conciliação Prévia .....	157

2.2.1.	Introdução .....	157
2.2.2.	Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa .....	157
2.2.3.	Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia .....	158
2.2.4.	Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP .....	159
2.3.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial .....	160
3.	Arbitragem .....	160
3.1.	Cláusula compromissória e compromisso arbitral .....	162
3.2.	Quem poderá ser árbitro? .....	163
3.3.	Procedimento .....	164
3.4.	Controle judicial .....	166
3.5.	Conflito de competência .....	166
4.	Jurisdição .....	167
4.1.	Escopos da jurisdição .....	167
4.2.	Princípios da Jurisdição .....	168
4.3.	Jurisdição voluntária .....	169
4.3.1.	Natureza jurídica .....	170
4.3.2.	Características .....	171
4.3.2.1.	Obrigatoriedade .....	172
4.3.2.2.	Inquisitorialidade .....	172
4.3.2.3.	Juízo de equidade .....	172
4.3.3.	Jurisdição voluntária no processo do trabalho .....	173
5.	Procedimento da homologação de acordo extrajudicial .....	175
5.1.	Petição conjunta .....	175
5.2.	Representação por advogado .....	176
5.2.1.	Honorários advocatícios sucumbenciais no acordo extrajudicial .....	176
5.3.	Prazo para analisar o acordo extrajudicial .....	177
5.4.	Desistência unilateral .....	177
5.5.	Realização de audiência .....	177
5.6.	Sentença .....	177
5.6.1.	Impugnação da sentença que não homologa o acordo extrajudicial .....	178
5.6.2.	Impugnação da sentença que homologa o acordo extrajudicial .....	179
5.7.	Requisitos do acordo extrajudicial .....	180
5.7.1.	Transação .....	180
5.7.2.	Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias .....	182
5.7.3.	Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho) .....	183
5.8.	Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional .....	185
6.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	186

## CAPÍTULO 6

<b>COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....</b>	<b>189</b>
1. Competência .....	189
1.1. Conceito .....	189
1.2. Distribuição da competência .....	189
1.3. Princípio da Tipicidade e da Indisponibilidade da Competência .....	190
1.4. Regra da Kompetenz-Kompetenz .....	190

1.5.	Perpetuação da Jurisdição .....	190
1.6.	Competência por Distribuição .....	192
1.7.	Classificação .....	192
1.7.1.	Competência originária e derivada .....	192
1.7.1.1.	Ação acessória .....	193
1.7.2.	Competência exclusiva e competência concorrente .....	193
1.7.3.	Competência absoluta e relativa .....	194
1.7.3.1.	Competência absoluta .....	194
1.7.3.2.	Competência relativa .....	195
1.7.3.3.	Diferenças Entre a Competência Absoluta e Relativa .....	196
2.	CrITÉrios de Modificação da Competência .....	196
2.1.	Conexão e Continência .....	197
3.	Delimitação da Competência .....	198
4.	Competência em Razão da Matéria e da Pessoa .....	199
4.1.	Ações Oriundas da Relação de Trabalho .....	200
4.1.1.	Relações de consumo .....	202
4.1.2.	Honorários advocatícios .....	202
4.1.2.1.	Honorários contratuais na substituição processual pelo sindicato ...	203
4.1.2.2.	Ação de cobrança dos honorários do defensor dativo .....	204
4.1.3.	Ações Penais .....	205
4.1.3.1.	Trabalho realizado por presidiários no cumprimento da pena .....	206
4.1.4.	Representantes comerciais .....	206
4.1.5.	Motoristas de aplicativo .....	207
4.1.6.	Transportadores autônomos .....	209
4.2.	Entes de Direito Público Externo .....	210
4.2.1.	Estados estrangeiros .....	210
4.2.2.	Organismos internacionais .....	211
4.2.3.	Esquema .....	212
4.3.	Servidores da Administração Pública .....	212
4.3.1.	Relação empregatícia .....	213
4.3.1.1.	Exoneração de empregado público em estágio probatório .....	214
4.3.1.2.	Ato de demissão de empregado público .....	214
4.3.1.3.	Pretensões de natureza administrativa .....	215
4.3.1.4.	Controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública .....	215
4.3.2.	Vínculo estatutário .....	216
4.3.3.	Vínculo temporário .....	216
4.3.4.	Cessão de servidor .....	217
4.3.5.	Cargo em comissão .....	218
4.3.6.	Alteração do regime de contratação .....	218
4.3.6.1.	Empregados contratados antes da CF/88, sem submissão ao concurso público .....	219
4.3.7.	Contratação sem concurso público após a Constituição Federal de 1988 .....	220
4.4.	Serventuário de Cartório Extrajudicial .....	220
4.5.	Competência Trabalhista Perante a Greve .....	220
4.5.1.	Dissídio coletivo de greve de servidor público .....	222
4.6.	Ações Envolvendo Sindicatos .....	223

4.6.1.	Questões sindicais de servidores estatutários .....	225
4.7.	Mandado de Segurança, <i>Habeas Corpus</i> e <i>Habeas Data</i> .....	226
4.7.1.	Mandado de segurança .....	226
4.7.2.	<i>Habeas corpus</i> .....	227
4.7.3.	<i>Habeas data</i> .....	229
4.8.	Ações de Indenização por Dano Moral ou Patrimonial .....	229
4.8.1.	Ação de indenização por danos ocorridos nas fases pré e pós-contratual .....	230
4.8.2.	Acidente de trabalho e doença ocupacional .....	230
4.8.2.1.	Herdeiros e sucessores .....	231
4.8.3.	Assédio moral e sexual .....	234
4.9.	Ações Relativas às Penalidades Administrativas Impostas aos Empregadores pelos Órgãos de Fiscalização do Trabalho .....	235
4.10.	Execução, de Ofício, das Contribuições Sociais das Sentenças que Proferir .....	236
4.10.1.	Contribuições previdenciárias decorrentes dos acordos firmados perante a Comissão de Conciliação Prévia .....	238
4.10.2.	Contribuições de terceiros .....	238
4.11.	Outras Competências da Justiça do Trabalho .....	238
4.11.1.	Seguro-desemprego .....	239
4.11.2.	Complementação de aposentadoria .....	240
4.11.3.	Plano de saúde assegurado em contrato de trabalho, convenção ou acordo coletivo .....	244
4.11.4.	Autorização de Trabalho Artístico Infantil .....	245
4.11.5.	Empreitada .....	247
4.11.6.	Ações Envolvendo o Meio Ambiente do Trabalho .....	248
4.11.7.	Medida protetiva de manutenção de vínculo no caso de violência doméstica ...	249
4.11.8.	Mandado de Injunção .....	250
4.12.	Competência Normativa .....	251
5.	Competência Funcional .....	252
6.	Competência em Razão do Lugar (territorial) .....	253
6.1.	Local da prestação dos serviços .....	254
6.1.1.	Prestação de serviços em diversas localidades .....	255
6.2.	Agente ou viajante comercial .....	255
6.3.	Empregado brasileiro que trabalha no exterior .....	256
6.4.	Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato .....	256
6.5.	Competência territorial no teletrabalho .....	258
6.6.	Competência territorial no acidente de trabalho .....	260
6.7.	Competência Territorial na Ação Civil Pública .....	261
6.8.	Competência territorial para homologação do acordo extrajudicial .....	263
6.9.	Foros distritais ou regionais .....	264
6.10.	Foro de Eleição .....	264
7.	Conflitos de Competência .....	265
7.1.	Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho de idêntica região .....	267
7.2.	Juízo arbitral .....	267
7.3.	Procedimento .....	268
8.	Natureza da Decisão que Reconhece a Incompetência .....	269
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	270
10.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	273

**CAPÍTULO 7**

<b>AÇÃO</b> .....	<b>293</b>
1. Natureza Jurídica .....	293
1.1. Teoria Imanentista .....	293
1.2. Teoria Concreta .....	294
1.3. Teoria Abstrata .....	295
1.4. Teoria Eclética .....	295
1.5. Teoria da Asserção .....	296
2. Condições da Ação .....	297
2.1. Legitimidade das partes .....	298
2.1.1. Legitimidade do sindicato .....	299
2.2. Interesse de agir .....	301
2.3. Possibilidade jurídica do pedido .....	301
2.4. Momento de verificação das condições da ação .....	303
2.5. Distinção entre pressupostos processuais e condições da ação .....	304
3. Elementos da Ação .....	305
3.1. Partes .....	305
3.2. Pedido .....	306
3.3. Causa de pedir .....	307
3.3.1. Teoria da substanciação e da individuação .....	308
4. Classificação das ações .....	309
5. Cumulação de ações .....	310

**CAPÍTULO 8**

<b>PROCESSO</b> .....	<b>313</b>
1. Natureza jurídica .....	313
2. Procedimento .....	314
3. Relação jurídica processual .....	315
4. Pressupostos processuais .....	316
4.1. Pressupostos processuais subjetivos .....	318
4.1.1. Investidura .....	318
4.1.2. Imparcialidade .....	319
4.1.3. Competência .....	319
4.1.4. Capacidade de ser parte .....	320
4.1.5. Capacidade processual .....	320
4.1.6. Capacidade postulatória .....	322
4.2. Pressupostos processuais objetivos .....	322
4.2.1. Demanda .....	323
4.2.2. Coisa Julgada Material .....	323
4.2.3. Litispendência .....	324
4.2.4. Perempção .....	324
4.2.5. Convenção de arbitragem .....	325
4.2.6. Ausência de pagamento de custas processuais (CLT, art. 844, § 3º) .....	325
4.2.7. Petição Inicial Apta .....	326
4.2.8. Citação válida .....	327
4.2.9. Regularidade formal .....	327

5. Pontos e questões .....	328
6. Questões incidentais e questões principais .....	328
7. Questões preliminares e questões prejudiciais .....	329
8. Cognição .....	330
9. Tipos ou fases do processo (sincretismo processual) .....	331
10. Processo estrutural .....	332
11. Súmulas do TST .....	334

## CAPÍTULO 9

<b>PARTES NO PROCESSO DO TRABALHO .....</b>	<b>335</b>
1. Conceito .....	335
2. Capacidade de ser Parte .....	336
3. Capacidade Processual .....	336
3.1. Representação .....	337
3.1.1. Incapazes .....	337
3.1.1.1. Atuação do Ministério Público do Trabalho x Defensoria Pública da União .....	338
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas .....	341
3.1.2.1. Representação das autarquias e fundações .....	342
3.1.3. Representação em audiência .....	343
4. Representação do empregador pelo preposto .....	345
5. Capacidade Postulatória e o <i>Jus Postulandi</i> .....	347
6. Benefício da Justiça Gratuita .....	349
6.1. Conceito .....	349
6.2. Benefício da Justiça Gratuita X Assistência Judiciária Gratuita .....	349
6.3. Sujeitos beneficiários .....	352
6.4. Abrangência da gratuidade .....	353
6.5. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento .....	354
6.6. Isenção total do pagamento x Isenção do adiantamento das despesas processuais .....	354
6.7. Características do benefício da justiça gratuita .....	358
6.7.1. Época do salário a ser observado .....	362
6.8. Comprovação de insuficiência de recursos .....	362
6.8.1. Comprovação pela pessoa física .....	363
6.8.1.1. Histórico .....	363
6.8.1.2. Lei nº 13.467/2017 .....	365
6.8.2. Comprovação de insuficiência de recursos pela pessoa jurídica .....	367
6.9. Impugnação da concessão do benefício da justiça gratuita .....	368
6.10. Rejeição da concessão do benefício da justiça gratuita e o contraditório prévio .....	370
6.11. Impugnação da decisão que rejeita a concessão do benefício da justiça gratuita .....	372
7. Substituição Processual .....	372
7.1. Atuação do sindicato .....	374
8. Sucessão processual .....	377
9. Deveres das partes e daqueles que participam do processo .....	378
10. Ato atentatório à dignidade da justiça .....	379
11. Litigância de Má-Fé .....	382
11.1. Atos considerados de má-fé .....	383



11.1.1.	Dedução de pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso .....	383
11.1.2.	Alteração da verdade dos fatos .....	384
11.1.3.	Uso do processo para a obtenção de objetivo ilegal .....	385
11.1.4.	Oposição de resistência injustificada ao andamento do processo .....	385
11.1.5.	Atuação de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo .....	385
11.1.6.	Provocação de incidente manifestamente infundado .....	386
11.1.7.	Interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório .....	386
11.2.	Penalidades pela litigância de má-fé .....	388
11.2.1	Multa pela litigância de má-fé .....	388
11.2.2	Indenização da parte contrária pelos prejuízos sofridos .....	389
11.2.3.	Honorários advocatícios e despesas efetuadas .....	389
11.3.	Litigância de má-fé pelo beneficiário da justiça gratuita .....	390
11.4.	Dois ou mais litigantes de má-fé .....	391
11.5.	Valor da causa irrisório ou inestimável .....	392
11.6.	Valor da indenização .....	392
11.7.	Momento da condenação .....	393
11.8.	Direito intertemporal (Lei nº 13.467/17) .....	394
12.	Assédio Processual .....	394
13.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	395
14.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	396

## CAPÍTULO 10

<b>PROCURADORES .....</b>	<b>405</b>
1. Representação por Advogado. Mandato .....	405
1.1. Substabelecimento .....	407
1.1.1. Mandato tácito. Substabelecimento .....	408
1.2. Condições de validade do mandato e substabelecimento .....	408
1.2.1. Ausência de data na procuração ou substabelecimento .....	408
1.2.2. Prazo do mandato .....	409
1.3. Mandato em nome de pessoa jurídica de direito privado .....	411
1.4. Extinção do mandato. Juntada de nova procuração sem ressalvas .....	412
1.5. Mandato para pessoa jurídica de direito público .....	413
1.6. Representação por estagiário .....	415
1.7. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato .....	416
1.8. Regularização da representação .....	418
2. Honorários Advocatícios .....	420
2.1. Generalidades .....	420
2.2. Modalidades de honorários .....	423
2.3. Honorários de sucumbência .....	424
2.3.1. Titularidade .....	425
2.3.2. Valor dos honorários .....	425
2.3.3. Critérios para fixação do valor dos honorários .....	426
2.3.4. Base de cálculo .....	427
2.3.5. Honorários advocatícios na fase recursal.....	429
2.3.5.1. Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal .....	431

2.3.6.	Honorários advocatícios no cumprimento de sentença e na execução .....	431
2.3.6.1.	Honorários advocatícios nos embargos à execução e nos embargos de terceiros .....	432
2.3.6.2.	Honorários advocatícios no incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	434
2.3.7.	Honorários advocatícios na extinção do processo sem resolução do mérito, desistência, renúncia ou reconhecimento do pedido .....	434
2.3.8.	Honorários advocatícios no arquivamento .....	436
2.3.9.	Honorários advocatícios no acordo .....	436
2.3.9.1.	Acordo judicial .....	436
2.3.9.2.	Acordo extrajudicial .....	437
2.3.10.	Honorários advocatícios no litisconsórcio .....	437
2.3.11.	Honorários advocatícios na sucumbência recíproca .....	438
2.3.12.	Parcela do pedido julgado procedente .....	439
2.3.13.	Honorários sucumbenciais na cumulação de pedidos .....	441
2.3.14.	Honorários advocatícios nas ações contra a Fazenda Pública .....	441
2.3.15.	Honorários advocatícios e beneficiário da justiça gratuita .....	443
2.3.16.	Honorários advocatícios na reconvenção .....	445
2.3.17.	Honorários Advocatícios na ação rescisória .....	446
2.4.	Honorários assistenciais .....	447
2.5.	Honorários advocatícios na substituição processual pelo sindicato .....	451
3.	Súmulas e orientações jurisprudenciais .....	454
4.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	458

## CAPÍTULO 11

<b>LITISCONSÓRCIO .....</b>	<b>469</b>
1. Conceito .....	469
2.1. Quanto à posição .....	469
2.2. Quanto à obrigatoriedade .....	470
2.2.1. Hipóteses legais .....	470
2.2.1.1. Comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide .....	471
2.2.1.2. Conexão pelo pedido ou pela causa de pedir .....	471
2.2.1.3. Afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito .....	472
2.2.2. Litisconsórcio multitudinário .....	472
2.2.3. Litisconsórcio necessário ativo .....	473
2.2.4. Litisconsórcio necessário na anulação de cláusulas de acordo coletivo e convenção coletiva .....	474
2.2.4.1. Ação coletiva .....	474
2.2.4.2. Ação individual .....	475
2.2.5. Vício gerado pela inobservância do litisconsórcio necessário .....	476
2.2.6. Responsabilidade subsidiária decorrente de terceirização .....	477
2.2.6.1. Ilícitude na terceirização .....	479
2.2.6.2. Terceirização pela administração pública .....	481
2.3. Quanto ao resultado .....	483
2.4. Quanto ao momento de formação .....	484
2.5. Esquema das Classificações dos Litisconsórcios .....	484
3. Dinâmica no litisconsórcio .....	485

3.1.	Atos de disposição de direitos .....	485
3.2.	Revelia .....	485
3.3.	Produção de provas .....	486
3.4.	Confissão .....	486
3.5.	Prazo para os litisconsortes .....	487
3.6.	Interposição de recurso .....	487
3.7.	Custas processuais .....	488
3.7.1.	Reclamação plúrima .....	488
3.7.2.	Responsabilidade pelo pagamento das custas nas condenações solidária e subsidiária .....	489
3.8.	Depósito recursal .....	489
3.8.1.	Litisconsórcio ativo .....	489
3.8.2.	Condenação solidária .....	489
3.8.3.	Condenação subsidiária .....	490
4.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	491
5.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	491

## CAPÍTULO 12

<b>INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>495</b>	
1.	Introdução .....	495
2.	Procedimentos Aplicáveis .....	495
2.1.	Rito Ordinário .....	495
2.2.	Rito Sumário e Rito Sumaríssimo .....	496
3.	Assistência .....	496
3.1.	Assistência simples .....	496
3.2.	Assistência litisconsorcial .....	497
3.3.	Interesse jurídico .....	498
3.4.	Cabimento .....	499
4.	Denúnciação da Lide .....	499
4.1.	Denúnciação Sucessiva .....	501
5.	Chamamento ao Processo .....	501
6.	Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe .....	502
6.1.	Procedimento .....	503
6.2.	Natureza jurídica .....	504
6.3.	Coronavírus e fato do príncipe .....	505
7.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	507
7.1.	Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica .....	508
7.2.	Teoria objetiva (teoria menor) .....	509
7.3.	Incidente processual .....	510
7.4.	Legitimidade .....	510
7.5.	Suspensão do Processo .....	512
7.6.	Tutela Cautelar .....	514
7.7.	Citação e defesa .....	515
7.8.	Instrução .....	516
7.9.	Impugnação da decisão .....	517
7.10.	Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	519
7.11.	Desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial .....	520

8.	Intervenção de <i>Amicus Curiae</i> .....	521
8.1.	Elementos necessários para viabilizar a participação do <i>amicus curiae</i> .....	522
8.2.	Poderes do <i>amicus curiae</i> .....	524
8.3.	<i>Amicus curiae</i> x perito .....	525
9.	Intervenção <i>iussu iudicis</i> .....	525
10.	Súmula do TST .....	526
11.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	526

## CAPÍTULO 13

<b>ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>527</b>	
1.	Princípios aplicados aos atos processuais .....	527
1.1.	Sequencialidade, finalidade e interdependência .....	527
1.2.	Publicidade .....	527
1.3.	Documentação .....	529
1.4.	Instrumentalidade das formas .....	530
1.5.	Preclusão .....	530
2.	Classificação dos atos processuais .....	531
2.1.	Classificação objetiva .....	531
2.2.	Classificação subjetiva .....	532
2.2.1.	Pronunciamentos Judiciais .....	533
3.	Limites temporais .....	533
3.1.	Limites temporais no processo judicial eletrônico .....	535
4.	Idioma .....	535
5.1.	Citação .....	536
5.1.1.	Generalidades .....	536
5.2.	Formas de Citação .....	537
5.2.1.	Notificação postal .....	537
5.2.2.	Notificação por edital .....	538
5.2.3.	Notificação por oficial de justiça .....	539
5.2.4.	Notificação por meio eletrônico .....	540
5.3.	Formas de Intimação .....	541
5.3.1.	Intimação pelo Diário Oficial .....	541
5.3.2.	Intimação postal ou por oficial de justiça .....	542
5.3.3.	Intimação eletrônica .....	543
5.3.4.	Intimação na audiência .....	543
6.	Prazos Processuais .....	544
6.1.	Princípios dos Prazos Processuais .....	546
6.2.	Contagem dos Prazos Processuais .....	546
6.2.1.	Contagem em dias úteis .....	548
6.2.2.	Início da contagem quando marcada audiência de julgamento .....	549
6.2.3.	Contagem dos prazos no processo eletrônico .....	550
6.2.4.	Interrupção e suspensão .....	551
6.2.4.1.	Recesso forense e o art. 775-A da CLT .....	552
6.3.	Prazos Diferenciados .....	554
6.4.	Principais Prazos Processuais .....	555
7.	Despesas Processuais .....	557
7.1.	Custas Processuais .....	557

7.1.1.	Valor das custas processuais .....	557
7.1.2.	Responsabilidade pelo pagamento das custas .....	559
7.1.3.	Momento do recolhimento das custas .....	560
7.1.4.	Isentos do pagamento das custas .....	560
7.2.	Valor dos Emolumentos .....	561
7.3.	Honorários Periciais .....	562
7.3.1.	Responsabilidade do beneficiário da justiça gratuita .....	563
8.	Negócio Jurídico Processual .....	564
9.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	568
10.	Informativo do TST relacionado ao tema .....	571

## CAPÍTULO 14

### **NULIDADES PROCESSUAIS ..... 573**

1.	Vícios Processuais: Classificação .....	573
2.	Princípios das Nulidades Processuais .....	574
2.1.	Princípio da Transcendência (Prejuízo) .....	574
2.2.	Princípio da Convalidação ou Preclusão .....	575
2.2.1.	Protesto .....	576
2.3.	Princípio da Economia Processual .....	578
2.4.	Princípio do Interesse .....	578
2.5.	Princípio da Utilidade .....	579
2.6.	Princípio da Instrumentalidade das Formas .....	579
3.	Arguição e efeitos da declaração das nulidades .....	579
4.	Quadro Resumido .....	580
5.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	580

## CAPÍTULO 15

### **FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO ..... 583**

1.	Formação do processo .....	583
2.	Suspensão do Processo .....	584
2.1.	Morte ou Perda da capacidade processual .....	586
2.2.	Falecimento do advogado .....	587
2.3.	Convenção das partes .....	588
2.4.	Arguição de Impedimento ou de Suspeição .....	588
2.5.	Exceção de incompetência territorial .....	589
2.6.	Admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas .....	589
2.6.1.	Suspensão na cumulação de pedidos e quando há necessidade probatória .....	591
2.6.2.	Extensão da suspensão .....	591
2.6.3.	Prazo da suspensão .....	592
2.7.	Prejudicialidade e necessidade de verificação de determinado fato ou produção de certa prova, requisitada a outro juízo .....	592
2.8.	Força Maior .....	594
2.9.	Acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo .....	594
2.10.	Demais casos .....	595
2.11.	Parto ou adoção .....	595

2.12. Efeitos da suspensão .....	595
3. Extinção do processo .....	596

**CAPÍTULO 16**

<b>PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>597</b>
1. Formas de Reclamação .....	597
2. Requisitos da Petição Inicial .....	598
2.1. Valor da causa .....	599
2.2. Causa de Pedir (Breve Exposição dos Fatos) .....	600
2.3. Pedido .....	600
2.3.1. Requisitos do pedido .....	601
2.3.1.1. Pedido certo .....	601
2.3.1.2. Pedido determinado .....	602
2.3.1.3. Pedido com indicação de valor .....	604
2.3.2. Cumulação de pedidos .....	608
3. Reclamação verbal .....	610
4. Documentos indispensáveis à propositura da ação .....	610
5. tramitação preferencial .....	611
6. Aditamento e Emenda da Petição Inicial .....	612
7. Indeferimento da petição inicial .....	613
7.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial .....	615
8. Improcedência liminar do pedido .....	616
9. Desistência da reclamação .....	618
9.1. Não concordância do réu com o pedido de desistência .....	619
9.2. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia .....	619
10. Informativos do TST relacionados ao capítulo .....	620

**CAPÍTULO 17**

<b>AUDIÊNCIAS .....</b>	<b>623</b>
1. Generalidades .....	623
2. Atraso na Audiência .....	625
3. Fracionamento da Audiência .....	628
4. Comparecimento das Partes .....	628
4.1. Representação do Empregador pelo Gerente ou Preposto .....	629
4.1.1. Preposto e advogado .....	630
4.2. Ausência do Reclamante .....	631
4.2.1. Não comparecimento do reclamante e pagamento das custas processuais .....	632
4.2.1.1. Reclamante não beneficiário da justiça gratuita .....	634
4.2.1.2. Reclamante beneficiário da justiça gratuita .....	635
4.3. Ausência do Reclamado .....	637
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público .....	638
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada .....	638
5. Suspensão da audiência .....	641
6. Audiências telepresenciais e por videoconferência .....	641
6.1. Distinção .....	641

6.2.	Audiência por videoconferência .....	643
6.3.	Audiência telepresencial .....	646
6.4.	Regras comuns .....	648
6.5.	Sustentação oral .....	649
7.	Acordo Judicial .....	649
7.1.	Alcance do acordo judicial .....	651
7.2.	Discriminação da natureza das verbas .....	653
7.3.	Acordo realizado após o trânsito em julgado .....	655
8.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	656
9.	Informativo do TST relacionado ao tema .....	657

## CAPÍTULO 18

<b>RESPOSTA DO RÉU .....</b>	<b>661</b>	
1.	Introdução .....	661
2.	Defesa nos processos em que é parte pessoa jurídica de direito público e nas ações coletivas ajuizadas pelo MPT .....	663
3.	Contestação .....	664
3.1.	Defesas processuais .....	664
3.1.1.	Incompetência relativa .....	665
3.1.2.	Perempção .....	665
3.1.3.	Legitimidade .....	666
3.2.	Defesas de mérito .....	668
3.2.1.	Compensação x Dedução x Retenção .....	669
3.3.	Princípios .....	670
3.3.1.	Princípio da impugnação específica .....	670
3.3.2.	Princípio da eventualidade .....	671
3.4.	Revelia .....	671
3.4.1.	Não produção dos efeitos da revelia .....	672
3.4.1.1.	Pluralidade de réus .....	673
3.4.1.2.	Direitos Indisponíveis .....	674
3.4.1.3.	Ausência de instrumento indispensável à prova do ato .....	674
3.4.1.4.	Alegações inverossímeis ou em contradição com prova constante nos autos .....	674
3.4.1.5.	Necessidade de prova pericial .....	675
3.4.2.	Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada .....	676
4.	Exceções .....	678
4.1.	Denominação .....	678
4.2.	Generalidades .....	680
4.3.	Exceção de Impedimento e Suspeição .....	681
4.3.1.	Momento de Alegação .....	683
4.3.2.	Procedimento .....	683
4.4.	Exceção de Incompetência (Relativa) .....	685
4.4.1.	Prazo para apresentação .....	686
4.4.2.	Necessidade de indicação do juízo competente .....	687
4.4.3.	Suspensão do processo .....	687
4.4.4.	Contraditório .....	688
4.4.5.	Produção de prova oral .....	688

4.4.6.	Decisão da exceção de incompetência .....	689
4.4.7.	Recorribilidade da decisão proferida na exceção .....	689
4.4.8.	Fluxograma .....	690
4.4.9.	Negócio processual e alteração da competência após o prazo da exceção de incompetência .....	691
4.4.10.	Rito sumaríssimo .....	692
5.	Reconvenção .....	693
6.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	694
7.	Informativo do TST Relacionado ao Tema .....	695

**CAPÍTULO 19**

<b>PROVAS .....</b>	<b>697</b>	
1.	Introdução .....	697
2.	Princípios da Prova .....	698
2.1.	Contraditório e Ampla Defesa .....	698
2.2.	Necessidade .....	700
2.3.	Oralidade .....	700
2.4.	Imediação .....	701
2.5.	Aquisição Processual da Prova ou Comunhão da Prova .....	701
3.	Classificação .....	702
4.	Ônus da Prova .....	703
4.1.	Distribuição do Ônus da Prova (Teorias estática, dinâmica e convencional) .....	704
4.1.1.	Teoria Estática do ônus da prova .....	704
4.1.2.	Teoria dinâmica do ônus da prova .....	705
4.1.2.1.	Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova .....	706
4.1.2.2.	Fundamentação da decisão .....	707
4.1.2.2.1.	Decisão já sumulada no TST e necessidade de decisão prévia e fundamentada .....	707
4.1.2.3.	Impugnação da decisão .....	708
4.1.2.4.	Prova impossível ou excessivamente difícil .....	709
4.1.3.	Distribuição convencional do ônus da prova .....	709
4.2.	Casos Específicos na Jurisprudência do TST .....	710
4.2.1.	Equiparação salarial .....	710
4.2.2.	Recebimento da notificação .....	711
4.2.3.	Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho .....	712
4.2.4.	Horas extraordinárias .....	713
4.2.4.1.	Empregado doméstico e motorista profissional .....	716
4.2.4.2.	Cartões de ponto sem assinatura .....	717
4.2.4.3.	Registro de ponto por exceção .....	717
4.2.5.	Dispensa discriminatória de portador de doença grave .....	719
4.2.6.	Vale-transporte .....	719
4.2.7.	Diferenças no recolhimento do FGTS .....	720
4.2.8.	Grupo econômico .....	721
4.2.9.	Terceirização pela administração pública .....	722
4.3	Prova dividida x ônus da prova .....	726
5.	Valoração da Prova .....	729
6.	Prova Emprestada .....	730



7.	Proibição da Prova Ilícita .....	732
8.	alteração da ordem de produção dos meios de prova .....	733
9.	Meios de Prova .....	734
9.1.	Interrogatório e Depoimento Pessoal .....	734
9.1.1.	Confissão .....	736
9.1.1.1.	Confissão ficta .....	739
9.2.	Prova Testemunhal .....	741
9.2.1.	Generalidades .....	741
9.2.2.	Quem pode testemunhar? .....	741
9.2.2.1.	Testemunha que litiga ou litigou contra a mesma reclamada .....	743
9.2.3.	Número máximo de testemunhas .....	744
9.2.4.	Comparecimento das testemunhas em audiência .....	744
9.2.5.	Procedimento .....	746
9.2.6.	Multa aplicada à testemunha .....	748
9.2.6.1.	Fatos essenciais .....	749
9.2.6.2.	Instauração de incidente .....	750
9.2.6.3.	Retratação da testemunha .....	751
9.2.6.4.	Momento de aplicação da multa .....	752
9.2.6.5.	Resultado do julgamento da causa .....	752
9.2.6.6.	Cumulação da multa com a indenização .....	753
9.2.6.7.	Cumulação da multa do art. 793-D da CLT com a multa do art. 342 do CP .....	753
9.2.6.8.	Destinatário da multa .....	754
9.2.6.9.	Legitimidade recursal da testemunha para impugnar a multa .....	754
9.2.6.10.	Execução da multa imposta à testemunha .....	755
9.2.6.11.	Direito intertemporal .....	756
9.3.	Prova Documental .....	756
9.3.1.	Documentos eletrônicos .....	757
9.3.2.	Momento para apresentação da prova documental .....	759
9.3.3.	Prova documental imprescindível .....	760
9.3.4.	Ata Notarial .....	761
9.3.5.	Falsidade de documento .....	762
9.4.	Prova Pericial .....	762
9.4.1.	Adicional de insalubridade e periculosidade e realização de perícia .....	765
9.4.1.1.	Agente nocivo diverso do apontado na inicial .....	767
9.4.2.	Honorários periciais .....	768
9.4.2.1.	Parcelamento dos honorários periciais .....	769
9.4.2.2.	Adiantamento de valores dos honorários periciais .....	769
9.4.2.3.	Responsabilidade pelo pagamento quando for beneficiário da justiça gratuita .....	770
9.4.2.4.	Responsabilidade pelo pagamento dos honorários do assistente técnico .....	771
9.4.3.	Prova técnica simplificada .....	772
9.5.	Inspeção Judicial .....	773
10.	Provas Digitais .....	773
10.1.	Conceito e natureza jurídica .....	773
10.2.	Requisitos .....	776
10.3.	Ônus da prova .....	778

10.4. Ferramentas utilizadas para analisar a validade das provas digitais .....	778
10.5. Prints de WhatsApp como meio de prova .....	781
11. Provas e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) .....	783
12. Encerramento da Instrução e razões finais .....	784
13. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	785
14. Informativo do TST Relacionado ao Tema .....	787

**CAPÍTULO 20**

<b>SENTENÇA E COISA JULGADA .....</b>	<b>797</b>
1. Pronunciamentos Judiciais .....	797
1.1. Sentença .....	797
1.2. Decisão Interlocutória .....	798
1.3. Despacho .....	798
1.4. Acórdão .....	799
2. Requisitos .....	799
2.1. Fundamentação .....	801
2.2. Fundamentação per relationem .....	806
3. Classificação .....	808
4. Princípio da Congruência .....	809
4.1. Fato superveniente que possa influir no julgamento .....	811
5. Sentença certa e sentença condicional .....	813
6. Publicação e Intimação .....	814
7. Juízo de Retratação .....	815
8. Julgamento Antecipado .....	815
8.1. Julgamento Antecipado Total .....	816
8.2. Julgamento Parcial do Mérito .....	816
9. Efeitos anexos da sentença .....	818
9.1. Hipoteca Judiciária .....	818
10. Ordem de análise das matérias na sentença .....	820
11. Coisa Julgada .....	821
11.1. Conflito entre duas coisas julgadas .....	822
12. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	823
13. Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	823

**CAPÍTULO 21**

<b>PRECEDENTES JUDICIAIS .....</b>	<b>827</b>
1. Introdução .....	827
2. Conceito .....	827
3. Classificação .....	828
4. Estrutura dos Precedentes .....	829
5. Precedente, Jurisprudência e Súmula .....	829
6. Precedentes Judiciais no Direito Brasileiro .....	830
6.1. Deveres gerais dos tribunais .....	832
6.2. Súmulas e enunciados de jurisprudência do TST .....	833
6.2.1. Criação e alteração .....	833
6.2.2. Súmulas e outros enunciados dos TRTs .....	836

6.2.3. Conteúdo das súmulas e outros enunciados .....	836
7. Técnicas para Utilização dos Precedentes .....	838
7.1. <i>Distinguishing</i> .....	838
7.2. Superação dos precedentes judiciais .....	839
7.2.1. Quem pode realizar a superação .....	841
8. Meios de impugnação da decisão que não aplica ou aplica inadequadamente o precedente obrigatório .....	842
9. Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	844

## CAPÍTULO 22

<b>TUTELA PROVISÓRIA .....</b>	<b>847</b>
1. Tutela Provisória .....	847
1.1. Distinção: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência .....	848
2. Tutelas de Urgência .....	849
2.1. Requisitos para Concessão .....	851
2.1.1. Concessão de Ofício .....	853
2.2. Formas de requerimento .....	854
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	855
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada .....	855
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente .....	856
2.3. Responsabilidade pelo dano decorrente da tutela de urgência .....	857
3. Tutela de evidência .....	859
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência .....	859
4. Momento de Concessão e Meios de Impugnação .....	860
4.1. Concessão antes da sentença .....	860
4.1.1. Superveniência da sentença .....	861
4.2. Concessão na sentença .....	862
5. Tutela provisória contra a Fazenda Pública .....	866
6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	868
7. Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	869

## CAPÍTULO 23

<b>PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO .....</b>	<b>871</b>
1. Procedimento Sumaríssimo .....	871
1.1. Incidência .....	871
1.2. Petição Inicial e Prazo para apreciação .....	871
1.2.1. Citação por edital no procedimento sumaríssimo .....	872
1.3. Audiência .....	873
1.4. Sentença .....	874
1.5. Recursos .....	874
1.5.1. Recurso ordinário .....	874
1.5.2. Recurso de revista .....	875
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência) .....	875
2. Procedimento sumário .....	875
3. Procedimento Ordinário .....	877
4. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	877

**CAPÍTULO 24**

<b>RECURSOS TRABALHISTAS .....</b>	<b>879</b>
1. Teoria Geral dos Recursos .....	879
1.1. Meios de Impugnação .....	879
1.2. Conceito de Recurso .....	879
1.3. Classificação .....	880
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso .....	880
1.3.2. Quanto à fundamentação .....	881
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada .....	881
1.3.4. Quanto à independência .....	882
1.3.5. Resumo das classificações .....	885
1.4. Princípios Recursais .....	885
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	885
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade) .....	886
1.4.3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade) .....	886
1.4.4. Princípio da consumação .....	887
1.4.5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade) .....	888
1.4.6. Princípio da dialeticidade .....	890
1.4.7. Princípio da voluntariedade .....	891
1.4.8. Princípio da proibição da reformatio in pejus .....	891
1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias .....	891
1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito .....	893
1.5. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito .....	894
1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista (IN nº 40 do TST) .....	898
1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial .....	898
1.5.2. Poderes do relator .....	900
1.6. Pressupostos Recursais .....	902
1.6.1. Introdução .....	902
1.6.2. Cabimento .....	903
1.6.3. Legitimidade para recorrer .....	903
1.6.3.1. Recurso de terceiro prejudicado .....	904
1.6.4. Interesse em recorrer .....	905
1.6.4.1. Interesse recursal na improcedência dos pedidos .....	906
1.6.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer .....	907
1.6.5.1. Aceitação da decisão .....	907
1.6.5.2. Renúncia .....	908
1.6.5.3. Desistência .....	909
1.6.6. Tempestividade .....	909
1.6.6.1. Momento da comprovação da tempestividade .....	911
1.6.6.2. Intempestividade .....	916
1.6.7. Representação .....	916
1.6.7.1. Agravo de instrumento e recurso de revista interpostos por procurador com poderes limitados ao âmbito do TRT .....	921
1.6.8. Preparo .....	922
1.6.8.1. Custas processuais .....	922
1.6.8.2. Depósito recursal .....	926
1.6.8.2.1. Generalidades .....	926

	1.6.8.2.2.	Prazo para recolhimento e comprovação .....	928
	1.6.8.2.3.	Depósito em conta vinculada ao juízo .....	928
	1.6.8.2.4.	Correção monetária .....	929
	1.6.8.2.5.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial .....	929
	1.6.8.2.6.	Valor do depósito recursal .....	932
	1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade .....	934
	1.6.8.2.8.	Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal .....	935
	1.6.8.2.9.	Recursos que exigem o depósito recursal .....	936
	1.6.8.2.10.	Diferença no recolhimento do depósito recursal .....	937
	1.6.8.2.11.	Isenção do depósito recursal .....	937
	1.6.9.	Regularidade formal .....	938
1.7.	Juntada de Documentos .....		939
1.8.	Efeitos Recursais .....		940
	1.8.1.	Efeito obstativo .....	940
	1.8.2.	Efeito devolutivo .....	940
	1.8.3.	Efeito suspensivo .....	943
	1.8.4.	Efeito translativo .....	944
	1.8.5.	Efeito regressivo .....	946
	1.8.6.	Efeito expansivo .....	946
	1.8.7.	Efeito substitutivo .....	947
1.9.	Remessa Necessária .....		947
2.	Recursos em espécie .....		950
	2.1.	Embargos de Declaração .....	950
		2.1.1.	Introdução .....
		2.1.2.	Competência .....
		2.1.3.	Prazo para interposição .....
		2.1.4.	Hipóteses de cabimento .....
		2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis .....
		2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo .....
		2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator .....
		2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios .....
		2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios .....
	2.2.	Recurso Ordinário .....	958
		2.2.1.	Introdução .....
		2.2.2.	Hipóteses de cabimento .....
		2.2.3.	Juízo de retratação .....
		2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal .....
		2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo .....
	2.3.	Agravo de Petição .....	962
		2.3.1.	Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....
	2.4.	Recurso de Revista .....	966
		2.4.1.	Introdução .....
		2.4.2.	Prazo .....
		2.4.3.	Competência para julgamento .....
		2.4.4.	Pressupostos específicos de admissibilidade .....

2.4.4.1.	Prequestionamento .....	967
2.4.4.2.	Transcendência .....	970
2.4.4.2.1.	Critério econômico .....	971
2.4.4.2.2.	Critério político .....	973
2.4.4.2.3.	Critério social .....	974
2.4.4.2.4.	Critério jurídico .....	975
2.4.4.2.5.	Análise da transcendência pelo relator e recurso da decisão .....	975
2.4.4.2.6.	Direito intertemporal .....	976
2.4.5.	Hipóteses de cabimento .....	977
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial .....	977
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização trabalhista .....	981
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal .....	984
2.4.6.	Rito sumaríssimo .....	985
2.4.7.	Fase de execução .....	985
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista .....	986
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas .....	986
2.4.9.1.	Introdução .....	986
2.4.9.2.	Requisitos .....	987
2.4.9.3.	Processamento .....	987
2.4.9.3.1.	Competência .....	987
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação .....	988
2.4.9.3.3.	Decisão de afetação .....	989
2.4.9.3.4.	Suspensão de outros recursos .....	990
2.4.9.3.4.1.	Requerimento de não suspensão e prosseguimento do recurso .....	991
2.4.9.3.5.	Instrução .....	992
2.4.9.3.6.	Julgamento .....	993
2.4.9.3.7.	Efeito do julgamento para os processos futuros .....	995
2.4.9.3.8.	Desistência da ação em curso no primeiro grau .....	995
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos .....	996
2.5.	Embargos no TST .....	997
2.5.1.	Introdução .....	997
2.5.2.	Embargos infringentes .....	997
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI) .....	998
2.5.3.1.	Introdução .....	998
2.5.3.2.	Prazo .....	998
2.5.3.3.	Competência para julgamento .....	998
2.5.3.4.	Pquestionamento .....	999
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento .....	999
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo .....	1000
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo .....	1001
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva .....	1001
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade .....	1002
2.6.	Agravo de Instrumento .....	1002
2.6.1.	Cabimento .....	1002
2.6.2.	Prazo .....	1005

2.6.3.	Competência .....	1005
2.6.4.	Pressupostos recursais .....	1006
2.6.4.1.	Formação do instrumento .....	1006
2.6.4.2.	Renovação dos fundamentos do recurso trancado .....	1008
2.6.5.	Juízo de retratação .....	1009
2.7.	Agravo Interno e Regimental .....	1009
2.7.1.	Multa no agravo interno .....	1011
2.8.	Recurso Extraordinário .....	1013
2.8.1.	Recurso extraordinário repetitivo .....	1017
3.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas .....	1019
3.1.	Microssistema de julgamentos de causas repetitivas .....	1019
3.2.	Natureza Jurídica .....	1020
3.3.	Cabimento e requisitos .....	1020
3.4.	Competência .....	1021
3.5.	Legitimidade .....	1022
3.5.1.	Desistência ou abandono .....	1022
3.6.	Procedimento .....	1023
3.7.	Meios de impugnação do julgamento do IRDR .....	1025
4.	Incidente de Assunção de Competência .....	1026
4.1.	Introdução .....	1026
4.2.	Cabimento .....	1027
4.3.	Competência .....	1028
4.4.	Legitimidade .....	1028
4.5.	Objetivos .....	1028
4.6.	Requisitos .....	1029
4.7.	Procedimento .....	1029
4.8.	Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência .....	1030
4.9.	Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência .....	1031
4.10.	Assunção de competência no TST .....	1032
5.	Reclamação .....	1034
5.1.	Introdução .....	1034
5.2.	Natureza Jurídica .....	1034
5.3.	Cabimento .....	1035
5.4.	Legitimidade .....	1036
5.5.	Procedimento .....	1036
5.6.	Recursos da decisão da reclamação .....	1037
6.	Reclamação Correicional .....	1037
7.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	1039
8.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	1054

**CAPÍTULO 25**

<b>LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....</b>	<b>1107</b>
1. Introdução .....	1107
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal .....	1108
3.1. Liquidação por Cálculos .....	1109
3.1.1. Procedimento .....	1110
3.2. Liquidação por Arbitramento .....	1112

3.3.	Liquidação por artigos .....	1113
4.	Juros e correção monetária .....	1114
4.1.	Modulação dos efeitos da ADC 58 do STF .....	1116
4.2.	Condenação em face da Fazenda Pública .....	1118
4.3.	Juros e correção monetária não descritos na sentença .....	1120
4.4.	Juros e Correção monetária nas indenizações por dano moral .....	1121
4.5.	Correção monetária dos salários .....	1124
4.6.	Correção monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço .....	1125
4.7.	Juros e correção monetária dos créditos devidos à Previdência Social .....	1125
4.8.	Não incidência da correção monetária sobre débito do empregado .....	1128
4.9.	Empresa em liquidação extrajudicial .....	1129
5.	Liquidação sem resultado positivo (liquidação-zero) .....	1130
6.	Impugnação da Decisão de Liquidação .....	1131
7.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	1133
8.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	1134

## CAPÍTULO 26

<b>EXECUÇÃO TRABALHISTA .....</b>	<b>1141</b>	
1.	Introdução .....	1141
2.	Normas aplicáveis à execução trabalhista .....	1141
3.	Princípios da execução .....	1142
3.1.	Efetividade .....	1142
3.2.	Primazia do exequente .....	1143
3.3.	Menor onerosidade .....	1143
3.4.	Contraditório mitigado .....	1144
3.5.	Responsabilidade patrimonial ou patrimonialidade .....	1145
3.6.	Utilidade .....	1146
3.7.	Tipicidade e atipicidade dos meios executivos .....	1146
4.	Título Executivo .....	1147
4.1.	Títulos judiciais .....	1147
4.2.	Títulos extrajudiciais .....	1148
5.	Execução Provisória e Definitiva .....	1148
5.1.	Procedimento da Execução Provisória .....	1149
5.2.	Execução provisória até a penhora .....	1151
6.	Competência .....	1152
7.	Legitimidade .....	1152
7.1.	Legitimidade Ativa .....	1152
7.1.1.	Execução de ofício .....	1154
7.2.	Cessão de Crédito Trabalhista .....	1156
7.3.	Legitimidade Passiva .....	1158
8.	Responsabilidade Patrimonial .....	1158
8.1.	Responsabilidade do sucessor .....	1161
8.1.1.	Sucessão parcial .....	1161
8.2.	Responsabilidade decorrente da Terceirização .....	1161
8.2.1.	Responsabilidade da administração pública na terceirização .....	1164
8.3.	Responsabilidade do Sócio .....	1166
8.3.1.	Desconsideração da personalidade jurídica .....	1166



8.3.1.1.	Teoria objetiva (teoria menor) .....	1168
8.3.1.2.	Legitimidade .....	1170
8.3.1.3.	Suspensão do Processo .....	1172
8.3.1.4.	Tutela Cautelar .....	1173
8.3.1.5.	Citação e defesa .....	1174
8.3.1.6.	Instrução .....	1175
8.3.1.7.	Impugnação da decisão .....	1176
8.3.1.8.	Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	1178
8.3.2.	Responsabilidade do ex-sócio .....	1179
8.4.	Responsabilidade de empresa integrante do Grupo Econômico .....	1179
8.4.1.	Não suspensão dos processos que instauram o incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	1184
8.5.	Responsabilidade do cônjuge .....	1186
9.	Boa-fé na execução .....	1187
9.1.	Ato atentatório à dignidade da justiça .....	1187
9.2.	Fraude contra credores e fraude à execução .....	1189
9.2.1.	Fraude contra credores .....	1189
9.2.2.	Fraude à execução .....	1190
9.2.2.1.	Bens Sujeitos a Registro .....	1193
9.2.3.	Principais diferenças .....	1193
10.	Execução por Quantia Certa .....	1194
10.1.	Introdução .....	1194
10.2.	Citação .....	1194
10.3.	Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória ...	1195
10.3.1.	Medidas previamente descritas em lei .....	1195
10.3.1.1.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas .....	1197
10.3.1.1.1.	Banco Nacional de Devedores Trabalhistas .....	1197
10.3.1.1.2.	Não obtenção da CNDT .....	1199
10.3.1.1.3.	Certidão positiva de débitos trabalhistas com efeitos de negativa .....	1200
10.3.1.1.5.	Prazo de validade da CNDT .....	1201
10.3.1.2.	Protesto .....	1201
10.3.1.3.	Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASAJUD) .....	1202
10.3.2.	Medidas atípicas (bloqueio de CNH e retenção do passaporte) .....	1202
10.4.	Nomeação de Bens .....	1204
10.5.	Penhora .....	1205
10.5.1.	Depositário .....	1208
10.5.2.	Penhora em dinheiro .....	1209
10.5.2.1.	Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line) .....	1210
10.5.2.2.	Penhora do limite do cheque especial .....	1212
10.5.2.3.	Penhora do depósito recursal .....	1213
10.5.2.4.	Seguro-garantia judicial e fiança bancária .....	1213
10.5.2.4.1.	Requisitos para apólice do seguro garantia judicial e da fiança bancária .....	1214
10.5.3.	Penhora de semoventes e de animais de estimação .....	1216
10.5.4.	Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial .....	1217

10.5.5.	Penhora de direitos aquisitivos derivados de alienação fiduciária em garantia .....	1218
10.5.6.	Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta .....	1219
10.5.7.	Penhora de bem indivisível .....	1220
10.5.8.	Ferramentas para a efetivação da execução e realização da penhora .....	1221
10.5.8.1.	Junta comercial .....	1221
10.5.8.2.	Sistema de busca de ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD) .....	1221
10.5.8.2.1.	Alcance do SISBAJUD .....	1222
10.5.8.3.	Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD) .....	1222
10.5.8.4.	Central Nacional de Disponibilidade de Bens (CNIB) .....	1223
10.5.8.5.	Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) .....	1224
10.5.8.6.	Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) .....	1224
10.5.8.7.	Sistema integrado de informações da aviação civil (SINTAC) .....	1224
10.5.8.8.	Informações ao Judiciário (INFOJUD) .....	1225
10.5.8.9.	Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) .....	1226
10.5.8.10.	Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC) .....	1227
10.5.8.11.	Informações de Segurança (INFOSEG) .....	1227
10.5.8.12.	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) .....	1227
10.5.8.13.	Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) ...	1228
10.5.9.	Múltiplas penhoras sobre o mesmo bem .....	1230
10.5.9.1.	Multiplicidade de penhoras na Justiça do Trabalho (credores da mesma categoria) .....	1230
10.5.9.2.	Multiplicidade de penhoras em justiças diferentes (credores de categorias distintas) .....	1233
10.5.9.3.	Dos Honorários Advocatícios .....	1235
10.5.10.	Bens impenhoráveis .....	1236
10.5.10.1.	Impenhorabilidade da remuneração do executado .....	1237
10.5.10.1.1.	Verbas não alimentares .....	1240
10.5.10.2.	Impenhorabilidade do bem de família .....	1241
10.6.	Defesa na Execução .....	1243
10.6.1.	Embargos à execução .....	1243
10.6.1.1.	Natureza Jurídica .....	1243
10.6.1.2.	Prazo .....	1243
10.6.1.3.	Competência .....	1244
10.6.1.4.	Matérias passíveis de alegação (objeto) .....	1245
10.6.1.5.	Efeito Suspensivo dos Embargos .....	1246
10.6.1.6.	Procedimento .....	1247
10.6.2.	Exceção de pré-executividade .....	1247
10.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação .....	1248
10.6.4.	Embargos de terceiros .....	1249
10.6.4.1.	Generalidades .....	1249
10.6.4.2.	Prazo .....	1250
10.6.4.3.	Competência .....	1250
10.7.	Prescrição Intercorrente .....	1251
10.7.1.	Introdução .....	1251
10.7.2.	Previsão legal .....	1253
10.7.3.	Prazo .....	1254

10.7.4.	Procedimento de aplicação da prescrição intercorrente e suspensão da execução .....	1256
10.7.4.1.	Quando não diz respeito à localização do devedor ou de bens penhoráveis .....	1257
10.7.4.2.	Quando o devedor não é localizado ou não há bens penhoráveis ...	1258
10.7.5.	Direito intertemporal .....	1261
10.8.	Expropriação de Bens .....	1261
10.8.1.	Adjudicação .....	1262
10.8.1.1.	Quem pode adjudicar .....	1265
10.8.2.	Arrematação .....	1265
10.8.2.1.	Introdução .....	1265
10.8.2.2.	Legitimidade .....	1266
10.8.2.3.	Publicidade .....	1267
10.8.2.4.	Lance .....	1268
10.8.2.5.	Pagamento .....	1269
10.8.2.6.	Pagamento parcelado .....	1270
10.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado .....	1270
10.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado .....	1272
10.8.3.	Alienação por iniciativa particular .....	1273
10.8.3.1.	Procedimento .....	1274
10.8.4.	Meio de impugnação da arrematação .....	1275
10.8.5.	Esquema da execução .....	1276
10.9.	Remição da Execução .....	1277
10.10.	Execução de Prestações Sucessivas .....	1278
11.	Execução de Obrigação de Fazer e de não Fazer .....	1278
11.1.	Título judicial .....	1278
11.2.	Título Extrajudicial .....	1281
12.	Execução de Contribuições Previdenciárias .....	1282
13.	Execução Contra a Massa Falida .....	1289
13.1.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica e empresa do grupo econômico na execução contra massa falida .....	1290
13.2.	Depósito recursal realizado antes da decretação da falência .....	1291
13.3.	Sucessão Trabalhista .....	1292
14.	Execução Contra Empresa em Recuperação Judicial .....	1293
14.1.	Suspensão do processo trabalhista .....	1294
14.2.	Depósito recursal realizado antes do deferimento da recuperação judicial .....	1296
14.3.	Sucessão Trabalhista .....	1297
15.	Execução Contra Empresa em Liquidação Extrajudicial .....	1297
16.	Reunião de Execuções .....	1298
16.1.	Plano Especial de Pagamento Trabalhista (PEPT) .....	1299
16.2.	Regime Especial de Execução Forçada (REEF) .....	1301
17.	Execução Contra a Fazenda Pública .....	1302
17.1.	Introdução .....	1302
17.2.	Precatório .....	1305
17.2.1.	Ordem preferencial .....	1306
17.2.2.	Preterição e não inclusão no orçamento .....	1308

17.2.3. Sequestro Humanitário .....	1308
17.3. Requisição de Pequeno Valor .....	1309
17.4. Pagamento separado do exequente e dos honorários advocatícios sucumbenciais .....	1310
18. Execução fiscal .....	1311
19. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	1313
20. Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	1316

## CAPÍTULO 27

<b>DISSÍDIO COLETIVO .....</b>	<b>1349</b>
1. Conceito .....	1349
2. Classificação .....	1350
3. Poder Normativo .....	1350
3.1. Limites .....	1351
3.1.1. Limite mínimo .....	1351
3.1.2. Limite máximo .....	1352
4. Competência .....	1352
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público .....	1353
5. Legitimidade .....	1354
6. Pressupostos Processuais Específicos .....	1355
6.1. Negociação Prévia .....	1355
6.2. Autorização em Assembleia .....	1355
6.3. Comum Acordo .....	1356
6.4. Época Própria para Ajuizamento .....	1357
6.5. Fundamentação das Cláusulas Reivindicadas .....	1357
6.6. Cumprimento do Estatuto do Sindicato .....	1358
7. Procedimento .....	1358
8. Sentença Normativa .....	1359
8.1. Conceito e Natureza Jurídica .....	1359
8.2. Início da Vigência .....	1360
8.3. Prazo de Vigência .....	1360
8.4. Extensão .....	1360
9. Coisa Julgada .....	1362
10. Recursos .....	1362
10.1. Efeito Suspensivo .....	1362
11. Dissídio Revisional .....	1363
12. Dissídio Coletivo na Administração Pública .....	1363
13. Ação de Cumprimento .....	1364
13.1. Natureza Jurídica .....	1364
13.2. Cabimento .....	1365
13.3. Competência .....	1365
13.4. Legitimidade .....	1365
13.5. Momento do Ajuizamento .....	1365
13.6. Prescrição .....	1366
13.7. Objeto .....	1366
13.8. Coisa julgada .....	1366
14. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	1367
15. Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	1369

**CAPÍTULO 28**

<b>PROCEDIMENTOS ESPECIAIS .....</b>	<b>1379</b>
1. Inquérito para Apuração de Falta Grave .....	1379
1.1. Cabimento .....	1379
1.2. Prazo para Propositura .....	1380
1.3. Procedimento .....	1380
1.4. Efeitos da Sentença .....	1381
1.5. Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	1381
2. Ação Civil Pública .....	1382
2.1. Introdução .....	1382
2.2. Cabimento .....	1382
2.3. Interesses ou Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos .....	1383
2.4. Competência .....	1385
2.5. Legitimidade .....	1387
2.6. Litisconsórcio .....	1389
2.7. Objeto .....	1389
2.8. Tutelas de Urgência .....	1390
2.9. Prescrição .....	1392
2.10. Litispendência .....	1392
2.11. Instrução .....	1393
2.12. Sentença .....	1394
2.13. Coisa Julgada .....	1395
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos .....	1395
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos .....	1397
2.13.3. Esquema .....	1399
2.14. Despesas Processuais e Honorários Advocatícios .....	1399
2.15. Liquidação e Execução .....	1399
2.16. Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	1402
3. Ação Rescisória .....	1410
3.1. Introdução .....	1410
3.2. Competência .....	1411
3.3. Legitimidade .....	1413
3.3.1. Ação rescisória em face do sindicato .....	1414
3.4. Pressuposto da ação Rescisória .....	1416
3.4.1. Trânsito em julgado .....	1416
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente .....	1417
3.5. Prazo para Ajuizamento .....	1420
3.5.1. Recurso parcial .....	1421
3.5.2. Acordo homologado judicialmente .....	1422
3.6. Hipóteses de cabimento .....	1423
3.6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz .....	1424
3.6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo .....	1425
3.6.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei .....	1426
3.6.4. Ofensa à coisa julgada .....	1428

3.6.5.	Violação manifesta de norma jurídica .....	1429
3.6.6.	Prova falsa .....	1432
3.6.7.	Obtenção de prova nova .....	1432
3.6.8.	Erro de fato .....	1434
3.7.	Juízo Rescindendo e Juízo Rescisório .....	1435
3.8.	Valor da causa .....	1436
3.9.	Depósito prévio .....	1436
3.10.	Procedimento .....	1437
3.11.	Honorários Advocatícios .....	1438
3.12.	Recurso .....	1438
3.13.	Ação Rescisória de Ação Rescisória .....	1439
3.14.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	1440
3.15.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	1452
4.	Mandado de Segurança .....	1477
4.1.	Conceito .....	1477
4.2.	Legitimidade .....	1477
4.2.1.	Legitimidade ativa .....	1477
4.2.2.	Legitimidade passiva .....	1478
4.3.	Competência .....	1478
4.4.	Modalidades .....	1479
4.5.	Cabimento .....	1479
4.6.	Ato Ilegal ou Abuso de Poder .....	1480
4.7.	Direito Líquido e Certo .....	1481
4.8.	Prazo para Impetração .....	1483
4.9.	Petição Inicial .....	1484
4.10.	Despacho da Petição Inicial .....	1484
4.11.	Informações da Autoridade Coatora .....	1485
4.12.	Parecer do Ministério Público .....	1485
4.13.	Defesa oral .....	1485
4.14.	Jus Postulandi .....	1485
4.15.	Honorários Advocatícios .....	1486
4.16.	Recurso .....	1486
4.17.	Reexame Necessário .....	1486
4.18.	Mandado de Segurança Coletivo .....	1487
4.19.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST .....	1488
4.20.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	1492
5.	Ação Anulatória .....	1512
5.1.	Conceito .....	1512
5.2.	Anulação de sentença meramente homologatória .....	1513
5.2.1.	Decisão homologatória de adjudicação ou arrematação .....	1514
5.2.2.	Decisão homologatória de cálculo .....	1515
5.2.3.	Competência .....	1516
5.3.	Ação anulatória de cláusulas convencionais .....	1516
5.3.1.	Legitimidade Ativa .....	1517
5.3.2.	Legitimidade passiva .....	1517
5.3.3.	Objeto .....	1518
5.3.4.	Competência .....	1519

5.4.	Informativos do TST Relacionados ao Tema .....	1519
6.	Consignação em Pagamento .....	1520
6.1.	Cabimento .....	1520
6.2.	Objeto .....	1521
6.3.	Competência .....	1521
6.4.	Legitimidade .....	1521
6.5.	Procedimento .....	1522
7.	Ação monitória .....	1523
7.1.	Conceito .....	1523
7.2.	Aplicação ao processo do trabalho .....	1523
7.3.	Procedimento .....	1524

## CAPÍTULO 29

<b>INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL .....</b>	<b>1527</b>	
1.	Introdução .....	1527
2.	Sistema de Peticionamento Eletrônico .....	1529
3.	Processo Judicial Eletrônico .....	1530
3.1.	Introdução .....	1530
3.2.	Assinatura Digital .....	1531
3.3.	Usuários .....	1533
3.3.1.	Responsabilidade do usuário .....	1535
3.3.2.	Uso inadequado do sistema .....	1536
3.4.	Disponibilidade e Indisponibilidade do Sistema .....	1536
3.5.	Recebimento de Arquivos .....	1538
3.6.	Documentos .....	1539
3.6.1.	Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados .....	1540
3.7.	Consulta .....	1540
3.7.1.	Segredo de Justiça e do Sigilo .....	1541
3.8.	Atos Processuais .....	1542
3.8.1.	Intimação, citação ou notificação .....	1542
3.8.2.	Prazos processuais .....	1543
3.8.2.1.	Data da intimação e contagem dos prazos processuais .....	1544
3.8.2.2.	Suspensão .....	1544
3.8.3.	Juntada de petições .....	1545
3.8.3.1.	Petição inicial .....	1545
3.8.3.2.	Resposta do réu .....	1547
3.8.4.	Audiência .....	1547
3.8.5.	Carta precatória .....	1548
3.8.6.	Autos suplementares no segundo grau .....	1548
3.9.	Administração do Sistema .....	1549
3.9.1.	Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho .....	1549
3.9.1.1.	Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe) .....	1550
3.9.2.	Comitês gestores regionais (CGRPJe) .....	1551
3.9.3.	Administrador do sistema .....	1552
3.9.4.	Equipe de teste .....	1553
4.	Informativos do TST .....	1554
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1555</b>	